



RPPN'S EM MATO GROSSO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PARA O ECOTURISMO

Rafaela Screnci - Ribeiro¹²

Natália Barbosa Lima¹; Renata Screnci - Ribeiro³

¹Universidade Estadual do Norte - Fluminense. Av. Alberto Lamego, 2000. Horto. Campos dos Goytacazes - RJ.

²rafaela.screnci@hotmail.com

³Unirondon Centro Universitário. Av. Beira Rio, 3001. Jardim Europa. Cuiabá - MT.

INTRODUÇÃO

O Sistema de Unidades de Conservação pode ser entendido como um conjunto de áreas naturais protegidas capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação, quando planejado e manejado como um todo, contendo amostras representativas de toda a sua diversidade de biomas, ecossistemas e espécies (Milano, 2002).

O crescente interesse no ecoturismo e no potencial contido nas Unidades de Conservação (UCs) brasileiras para essa atividade instiga à reflexão acerca do grande desafio em compatibilizar uso público e conservação dos recursos naturais (Kultz e Watzlawick, 2007).

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural são áreas de conservação da natureza em propriedades privadas. A existência de uma RPPN é um ato de vontade, o proprietário é que decide se quer fazer de sua propriedade, ou de parte dela uma RPPN, sem que isso acarrete perda do direito de propriedade. As RPPNs compreendem áreas de relevância para a conservação da diversidade biológica e/ou contêm atributos naturais singulares (Ibama, 2006).

O objetivo da RPPN é a proteção dos recursos ambientais representativos da região, em áreas particulares, onde só admite atividades de cunho científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer. Estas atividades são previamente autorizadas pelo órgão responsável pela criação da RPPN que pode ser o IBAMA a nível federal ou os órgãos estaduais de meio ambiente e não devem comprometer a integridade dos mesmos recursos naturais ali protegidos (Kultz e Watzlawick, 2007).

A atividade turística é um dos usos públicos legalmente

permitidos nas RPPNs, onde o ecoturismo é visto como a modalidade com melhores possibilidades de integrar a conservação e o uso compatível do ambiente natural. Neste tipo de reserva, o ecoturismo é uma fonte legal de exploração econômica para obtenção de lucro. Por isso, se a atividade não for economicamente rentável e se não houver normas destinadas a compensar a conservação e o uso sustentável dos recursos ambientais, os proprietários dessa reserva podem não conseguir renda suficiente para sua subsistência (Rios *et al.*, 2008).

O turismo ecológico vem crescendo e se desenvolvendo com várias atividades que vão além da contemplação ao meio ambiente, outras atividades têm destaque em Mato Grosso como a pesca esportiva, as cavalgadas, as trilhas, e também a prática do “birdwatching”.

Em Mato Grosso, encontramos a Amazônia, o Pantanal, o Cerrado e as magníficas praias do Vale Araguaia que compõem os 906 mil km² do Estado, apresentando uma extensa variedade de plantas e animais diversificando seus atrativos com a pesca esportiva, patrimônio histórico, turismo rural, paisagístico, místico e esportivo e possuindo assim uma vocação natural para o ecoturismo.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo levantar as RPPN's do Estado de Mato Grosso, descrever como elas contribuem para a conservação do meio ambiente e para o ecoturismo do Estado.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado levantamento bibliográfico e consultas aos dados disponíveis nos sites do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Secretária do Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso.

RESULTADOS

Foram encontradas 19 RPPN's registradas, sendo 15 RPPN's classificadas como Unidades de Conservação Federais e sob a responsabilidade Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e quatro RPPN's classificadas como Unidades de Conservação Estaduais e sob a responsabilidade da SEMA - MT.

Com a criação de uma RPPN, fica oficializada uma parceria entre o Poder Público e proprietário das terras, em uma espécie de acordo de cooperação cujo maior beneficiário é o ambiente natural.

A partir do momento que o proprietário decide implantar uma RPPN, ele deve contratar uma equipe de técnicos para desenvolver um Plano de Manejo da área, definindo como a mesma será utilizada dentro das práticas de mínimo impacto. Uma das destinações previstas é o uso para o ecoturismo, mas outro aspecto de fundamental importância para as RPPNs é seu caráter perpétuo, ou seja, mesmo que a propriedade venha a ser vendida no futuro, aquelas áreas definidas como RPPNs continuam sendo consideradas como tal, e o novo proprietário deve obrigatoriamente dar continuidade à conservação de seus ambientes dentro das normas.

De acordo com dados da SEMA - MT (2011), atualmente encontramos 104 Unidades de Conservação em Mato Grosso totalizando uma área de 5.491.949,32 hectares de áreas protegidas.

Nos dados levantados por Rudzewicz e Lanzer (2008), apontam que o ecoturismo em RPPNs mostrou - se mais expressivo na Mata Atlântica (41% dos casos), Pantanal (24%) e Cerrado (17%), seguidas da Amazônia (7%), dos Costeiros (5%), da Caatinga e dos Campos Sulinos (ambos com 3%). No Pantanal, verificou - se 161.915,2 ha em RPPNs com ecoturismo, apresentando as reservas privadas de maior extensão.

A utilização de espaços naturais para atividade ecoturística pode representar uma alternativa econômica, tanto para a comunidade local quanto para empresários que possuem áreas propícias para essa atividade. É, pois, considerado um tipo de negócio ambientalmente correto listado para áreas protegidas, sejam unidades de conservação legalmente estabelecidas, ou sem reconhecimento legal, mas protegidas por outros mecanismos, como algumas tradições locais e algumas estratégias de mercado (Dale, 2005).

Não é difícil perceber, no entanto, que a atividade

turística além de benefícios, gera custos. Assim, as vantagens e desvantagens decorrente do uso de um determinado recurso natural, para exploração turística, devem ser racionalmente ponderadas, visando - se a otimização da harmonia entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais (Martins, 2002).

As áreas naturais protegidas estabelecidas em terrenos privados constituem uma importante ferramenta para a conservação da biodiversidade, sendo complementares aos esforços públicos para proteção da natureza. Todavia, mesmo diante da variedade benefícios sociais proporcionados por essas áreas, são razões econômicas que influenciam à tomada de decisões de grande maioria dos proprietários quanto a tornar ou não sua propriedade um a RPPN (Rios *et al.*, 2008).

O monitoramento realizado nas RPPN's acaba também analisando e orientando posturas em relação a outras atividades em andamento na propriedade e no entorno (pecuária, agricultura, extrativismo, serviços de manutenção, turismo, etc).

Percebemos que as RPPN's em Mato Grosso compõem um mosaico da preservação, conservação e restauração da biodiversidade presente neste Estado. Devido aos equipamentos e serviços turísticos oferecidos pelas RPPN's elas se tornam intensamente atrativas para o ecoturismo na região. Além das instalações mínimas, é possível observar na maioria das RPPN's centros de interpretação ambiental, áreas de contemplação (mirantes, torres de observação), serviços prestados por guias. Outras atividades realizadas são a observação de animais, trilhas interpretativas, programas de educação ambiental, cursos e treinamentos de guias, pesca, cavalgadas, arborismo, entre outras.

Com essas atividades e serviços oferecidos pelas RPPN's é possível despertar no turista uma conscientização sobre a importância da conservação da natureza e formas para minimizarmos os impactos que a mesma vem sofrendo.

A atividade ecoturística nas RPPN's em Mato Grosso contribui tanto para a conservação da natureza, como para o desenvolvimento e expansão do turismo do Estado, pois além de se trabalhar a Educação Ambiental com o turista, a mesma atividade gera renda tanto para o proprietário quanto para o Estado.

CONCLUSÃO

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural possuem extrema importância na conservação da diversidade biológica, contribuindo para a proteção de áreas significativas dos diversos biomas existentes em nosso Estado. Dessa forma, garantem que as futuras gerações desfrutem dos benefícios dessa manutenção da biodiversidade e também contribuam para a proteção.

As RPPN's são consideradas exemplos de sucesso na

conservação da biodiversidade e nas práticas turísticas, pois são sustentados pelos princípios da sustentabilidade, além do grande potencial em atrativos, atividades, equipamentos e serviços disponíveis.

A conservação da biodiversidade e sua inter - relação com o turismo atrelados as reservas privadas, são temas que merecem continuidade, pois representam movimentos bem - sucedidos e que em crescente em expansão.

Acredita - se que este tema mereça continuidade tanto na parte teórica quanto na parte prática, uma vez que boas práticas realizadas nas RPPN's tendem a contribuir para o ecoturismo e conservação dos ecossistemas do Estado de Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

DALE, P. *Definindo ecoturismo... para quê? Para quem?* In: Mendonça, R. e Zysman, N. Ecoturismo no Brasil. Barueri, SP: Manole, 2005. 296p.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento>. Acesso em: 16 mar. 2011.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/home>. Acesso em: 16 mar. 2011.

KULTZ, J. e WATZLAWICK, L.F. *A Importância das RPPN's à pesquisa científica e a conservação da biodiversidade*. Revista Eletrônica Lato Sensu Ano 2, nº1, julho de 2007. ISSN 1980 - 6116 <http://www.unicentro.br> - Ciências Agrárias

MARTINS, E. C. *O turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável: o caso de Jericoacoara no Ceará*. Tese apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutor em Ciências, área de concentração: Economia Aplicada. Piracicaba: 2002. 164p.

MILANO, M. S. *Unidades de Conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2002. 208p.

RIOS, R. M.; NOGUEIRA, J. M.; IMBROISI, D. *Ecoturismo e Conservação da Diversidade Biológica: uma avaliação econômica de potenciais complementaridades*. In: XLVI Congresso da SOBER, 2008, Rio Branco. Anais do XLVI Congresso da SOBER, 2008.